

**BRASIL E ARGENTINA NA
PRIMEIRA METADE DOS ANOS 50:
TENTATIVA DE UM MERCOSUL
*AVANT LA LETTRE****

IURI CAVLAK

Mestre em História pela Unesp (Assis)
Doutorando em História (Unesp)

* Este artigo é uma versão modificada do terceiro capítulo de “A política externa brasileira e a Argentina peronista (1946-1955)”, dissertação de Mestrado em História, por nós defendida em setembro de 2005.



RESUMO

Este artigo visa estudar as condições políticas e econômicas em que foi intentada a montagem de um bloco comercial entre Argentina e Brasil, na primeira metade dos anos 50. Nos governos de Perón e Vargas, respectivamente, as duas maiores nações da América do Sul desenvolveram acentuados pontos de convergência, resultando na expectativa da emergência de um mercado comum que abarcasse a maioria dos países do subcontinente. Seus êxitos e falhas, levando-se em conta a efemeridade no tempo, marcaram as relações internacionais da região nesse período, o que nos instiga a pensar a problemática do Mercosul na contemporaneidade.

Palavras-chave: política externa, relações Brasil-Argentina, mercado comum, diplomacia, história.

ABSTRACT

This article aims the study of political and economical conditions in which the organization of a commercial group between Brazil and Argentina was intended on the fist half of the 50's. The two greatest nations of South America developed strong convergence points during the ruling of Perón and Vargas, respectively, resulting on the urgent expectation of a common market which joined most of the countries of the under-continent. Taking into account the ephemerid on time, its successes and failures, it market the international relations in that period, which makes us wonder about the problematic of Mercosur nowadays.

Keywords: international politics, relations Brazil-Argentina, common market, diplomacy, history.

RESUMEN

Este artículo tiene por objetivo estudiar las condiciones políticas y económicas donde fue intentado el montaje de un bloque comercial entre Argentina y Brasil, en la primera mitad de los años 50. En los gobiernos de Perón y Vargas respectivamente, las dos mayores naciones de América del Sur desarrollaron acentuados puntos de convergencia, resultando en la expectativa del surgimiento de un mercado común que abarcara la mayoría de los países del subcontinente. Sus éxitos y fallas, llevándose en cuenta lo efímero en el tiempo, enmarcó las relaciones internacionales de la región en aquel período, lo que nos incita a pensar la problemática del Mercosur en la contemporaneidad.

Palabras claves: política externa, relaciones Brasil-Argentina, mercado común, diplomacia, historia.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que na história nada se repete. Por outro lado, muitas coisas que se parecem, e às vezes se querem novas, inéditas, não passam de versões atualizadas ou mesmo continuidades de projetos frustrados que foram tentados no passado. A nosso juízo, a progressiva articulação do Bloco Comum do Sul (Mercosul) nas últimas décadas tem esteio num passado recente. Privilegiando a análise das relações bilaterais dos maiores países do subcontinente, na primeira metade da década de 50 (século XX), percebe-se a montagem da primeira e independente união econômica da história desses países, o Pacto ABC (das iniciais de Argentina, Brasil e Chile, que deveria abarcar progressivamente outras nações), quando Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, para muitos os dois maiores líderes políticos de Brasil e Argentina no século passado, estavam no comando de suas respectivas nações.¹

¹ O Primeiro Pacto ABC, formulado por Rio Branco, no início do século XX, se restringiu a um fórum de discussões para amenizar o caráter belicoso que, criado sobretudo no cenário europeu, poderia respingar na América do Sul. Não esteve em evidência o caráter comercial e de oposição aos Estados Unidos, tal como o dos anos 50.

Neste artigo, tentaremos demonstrar como um mercado comum no Cone Sul se desenvolveu nesse período e de que forma ele foi rapidamente abortado. Ainda pouco estudada do ponto de vista das relações diplomáticas regionais, a conjuntura Perón-Vargas pode lançar algumas luzes sobre as dificuldades da aproximação comercial e política dos países sul-americanos na contemporaneidade. Para tanto, utilizamos fontes primárias para evidenciar tal hipótese, qual sejam, os ofícios que eram produzidos na embaixada brasileira em Buenos Aires e remetidos para o Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Em uma época em que os veículos de comunicação estavam longe da rapidez e eficiência de hoje, os ofícios se caracterizavam por longas descrições, discussões e reflexões acerca da realidade política, econômica e social do país estrangeiro, fornecendo dados que diretamente eram utilizados pelo Executivo para elaboração de nossa política externa.

Naquele contexto, quando da administração peronista no imediato pós-guerra, a Argentina se viu em vários imbróglis diplomáticos com os Estados Unidos, fazendo com que a política externa do país platino tentasse a todo momento acordos com o Brasil. Tradicional fonte de investimento do capital britânico, e ainda concorrente dos norte-americanos na exportação de alguns produtos alimentícios de clima temperado, a Argentina possuía amplos setores de sua opinião pública avessos à diplomacia que emanava de Washington. A formação de um eixo Buenos Aires-Rio de Janeiro, canalizando posteriormente Santiago do Chile e demais capitais sul-americanas foi vista pelos peronistas como saída para a dependência do poder econômico e político estadunidense e para melhorar o poder de barganha em relação ao mercado mundial. Outra peculiaridade desse tempo, segundo algumas análises, fora o envolvimento de setores da sociedade civil nas questões de política externa. Na opinião pública portenha, nunca se discutira tanto a esse respeito. Segundo Paradiso (1993, p. 108):

Basta hojear los principales diarios de Buenos Aires para apreciar la cantidad de información sobre política internacional, rasgo inequívoco de una cultura cosmopolita. Por otra parte, una exploración de la cantidad de libros que circulaban en la capital referidos al mundo de posguerra seguramente llevaría a conclusiones inesperadas respecto de las posibilidades de los contemporáneos de formarse un juicio acerca de lo que pasaba o podía pasar en el mundo.

Na opinião de Hirst (1990, p. 13), no Brasil, a política externa do segundo governo Vargas

[...] transformara-se em tema de debate nacional, ocasionando uma articulação de interesses e opiniões que envolviam os setores mais expressivos da sociedade brasileira. Militares, parlamentares, burocratas, empresários, camadas populares e intelectuais participavam do debate.

Assim, a aproximação de brasileiros e argentinos se deu em meio a esse esforço de camadas populares para apreender e influir na problemática das relações internacionais.

2 CONJUNTURA

Com a eleição de Getúlio Vargas para presidente do Brasil, as esperanças do governo peronista em contar com o grande vizinho para um amplo acordo no Cone Sul pareciam em vias de concretização. Lembrando as palavras de Vargas quando em campanha, elogiosas ao governo peronista, e o papel da imprensa oficial portenha em seu apoio, as classes dirigentes de ambos os países se colocavam na expectativa da efetivação dessa aliança². Concepções muito semelhantes de como gerir a coisa pública permeavam as práticas políticas de Perón e Vargas. Para este, por exemplo, o sindicato deveria estar vinculado ao aparelho estatal, sendo três as vertentes principais de suas convicções: “[...] desenvolvimentismo, nacionalismo e populismo” (D’ARAUJO, 1992, p. 102). Na visão dessa autora, o assistencialismo social, tão caro ao regime peronista, era

[...] o outro lado da moeda da cidadania pensada por Vargas... O Estado tem uma conotação paternalista e autoritária, já que a ele cabe distribuir os benefícios a que o indivíduo tem direito. O Estado determina quais são esses direitos e os atende, cabendo ao indivíduo aguardar o atendimento. Fica claro que a autonomia individual e as soluções privadas não eram um ideário possível nem desejável.

² Quando em campanha, Vargas também prometeu seguir a tradição diplomática do Itamaraty, afinada à política externa dos Estados Unidos. Não obstante, essas palavras não foram reproduzidas na mídia argentina, que aos quatro ventos disseminou a imagem de um Vargas exclusivamente “latino-americanista”.

Como se nota, as aspirações para tratados e acordos vinham de sobremaneira do lado argentino, que necessitava do apoio brasileiro para não se subordinar em demasia aos Estados Unidos. O Brasil, a princípio, percebeu no relacionamento com a Argentina uma possibilidade de barganhar apoio material e ideológico com a potência dominante das Américas. Na dialética das relações internacionais, porém, nada estava consumado de antemão. A afinidade duradoura com os Estados Unidos ou com os países da Bacia do Prata estava em aberto. O Brasil tanto “[...] poderia marchar em direção a um modelo associado, quanto para um projeto de inserção internacional de caráter autônomo” (HIRST, 1991, p. 20). Além disso, segundo a opinião de um assessor então muito próximo de Vargas, Rômulo Almeida, o presidente brasileiro no começo dos anos 50 possuía manifesta simpatia por uma união comercial e política com a Argentina (D’ARAÚJO, 1992, p. 14).

Assim sendo, a aproximação entre Vargas e Perón estava no horizonte. A Terceira Posição em política externa ainda se desenvolvia, e a prioridade agora para a Argentina não era a Europa ou os países do socialismo real, mas a América do Sul³ (PARADISO, 1993, p. 120). Do ponto de vista econômico, à medida que a ajuda norte-americana para o desenvolvimento brasileiro ocorria de maneira muito tímida, nossa balança comercial permanecia cada vez mais deficitária em relação aos países centrais do capitalismo, de modo que uma importante área comercial seria o Cone Sul, sobretudo a Argentina. Fluxos comerciais com esse país escapavam da esfera do dólar, o que ajudava ambas as economias. Em certo sentido, numa conjuntura de aprofundamento do déficit de pagamento de títulos da dívida externa brasileira, que venciam em dólares em curto prazo, uma das saídas seria o aumento exponencial de transações comerciais que não necessitassem dessa moeda. Para Vianna (1987, p. 49 e 61):

A permanência de um alto nível de importações combinada com a retração das exportações (e com alterações para pior nos outros fatores que afetam o movimento das divisas) resultou, em 1952, no acúmulo mensal dos atrasados comerciais superiores a 610 milhões de dólares.

³ A Terceira Posição foi uma postura equidistante da política externa argentina dos blocos antagônicos no início da guerra fria. Ousada em sua formulação, na prática sofreu estrangulamentos que reduziram seu “poder de fogo”. Declarada em 1947, teoricamente durou até a derrocada do governo peronista em 1955, embora retomada posteriormente por outras administrações.

Também o amadurecimento de instituições afinadas à industrialização era simultâneo no Brasil e na Argentina. Entre 1943 e 1955, a economia platina desacelerou seu ritmo histórico de importação e exportação com a Europa, o que mesmo assim permitiu a economia crescer em taxas em torno de 10% ao ano. Os setores de serviços e construção civil foram uns dos ramos mais dinâmicos, ao lado da indústria de alimentos. De acordo com Díaz Alejandro (2001, p. 111):

Del total de préstamos y adelantos bancarios otorgados a la industria, la proporción del Banco Industrial se elevó del 22% en 1946 al 78% en 1949. En 1951-1955 la proporción fue del 53%, disminuyendo después del derrocamiento de Perón, para alcanzar poco más del 10% en los últimos años [...] En 1944-53, sus préstamos y adelantos se canalizaron principalmente hacia las pequeñas fábricas e talleres artesanales dedicados a la fabricación de alimentos, bebidas, tabaco, productos textiles y vestimenta. De 1953 en adelante se prestó mayor atención a los grandes establecimientos dedicados a las nuevas actividades de sustitución de importaciones.

No Brasil, para mencionar apenas alguns indicadores, criou-se no segundo governo Vargas o BNDE, a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), a Petrobrás e o projeto do que seria a Eletrobrás. A CDI, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, conforme Leopoldi (1994, p.169- 170),

[...] formulou um Plano Geral de Industrialização (maio de 1952) no que estabeleceu áreas prioritárias a serem atendidas pelo governo: energia (refino do petróleo, indústria de equipamentos para prospecção e refino, e material elétrico pesado), metalurgia (produção de ligas metálicas e seu processamento em bens de consumo e bens de produção), indústrias químicas (insumos industriais, adubos, fibras artificiais e matérias plásticas, produtos farmacêuticos, celulose e papel), indústria da borracha e indústria de alimentos [...] Dois organismos neocorporativos foram criados a partir dos estudos da CDI: a Comissão Executiva da Indústria Automobilística e a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico.

De acordo com essa autora, Vargas separou razoavelmente o andamento da área econômica da área política, o que aumentou sua margem de manobra no primeiro setor e permitiu um baixo custo de endividamento externo, se comparado aos governos posteriores. O comprometimento com os Estados Unidos foi estruturalmente menor do que o dos governos JK, Quadros e Goulart, o que também propiciou maior capacidade de

formular vetores próprios de política externa, aliados ao crescimento estrutural da economia⁴. Explica Skidmore (1976, p. 313-314) que

[...] desde que conquistaram sua independência política em 1822, os brasileiros se viram obrigados a condicionar suas decisões políticas aos imperativos decorrentes de suas dívidas externas [...] Apenas uma vez na história republicana gozou o governo de uma considerável margem de ação [...] Foi imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial [...] (a) tendência adversa intensificou-se com o desastroso declínio nas relações de troca a partir de 1954.

Interdições materiais faziam da aliança com os Estados Unidos um fato com poucos ganhos para o Brasil. Nesse sentido, segundo Hirst (1991, p. 1 e 19), a

[...] marginalidade econômica e militar constituiria um forte impedimento para que Vargas aplicasse sua antiga estratégia de negociar proveitosamente o alinhamento brasileiro à política externa norte-americana.

No entender dessa pesquisadora (1991, p. 16), para os interesses dos Estados Unidos no Brasil, o desenvolvimento econômico de nosso país nesse contexto,

[...] em bases mais sólidas, tornava-se absolutamente secundário e, às vezes, até problemático [...] o governo norte-americano tornava-se cada vez menos simpático às medidas econômicas de cunho nacionalista que vinham sendo adotadas por Vargas, destacando-se, então, a regulamentação da remessa de lucros dos investimentos estrangeiros e a criação de uma empresa com participação majoritária do Estado para a exploração e refinação do petróleo.

⁴ Isso repercutiu na própria estrutura do Ministério das Relações Exteriores, pois em 1951 foram criadas dentro dessa pasta a Comissão Consultiva do Trigo, presidida pelo chefe do Departamento Econômico e Consular, e a Comissão Nacional de Assistência Técnica, exercendo “[...] papel pioneiro e relevante na implantação de uma política destinada a captar a tecnologia criada e desenvolvida pelos países mais avançados na matéria”. (CASTRO, 1983, p. 391.) Essa interpretação leva em conta os acordos militares entre Vargas e o Departamento de Estado, que de certa forma permitiram ao Brasil ser heterodoxo em outras esferas das relações diplomáticas. Essas posturas não causariam um receio insuportável nos setores militares alinhados que entendiam o Brasil no final das contas parceiro dos Estados Unidos no que tangia às forças armadas.

A nosso juízo, a agenda industrialista de Vargas tendia a se contrapor à concepção de que o Brasil deveria especializar-se como fornecedor de matérias-primas para as economias de mercado mais desenvolvidas, pois, de acordo com D'Araujo (1992, p. 107),

[...] em plena disputa entre os dois blocos – Estados Unidos e URSS –, Vargas optava por uma terceira via: a do desenvolvimentismo autônomo e independente, não subordinado ou alinhado diretamente a qualquer potência econômica internacional.

No que tange à Argentina, pela própria necessidade de contingenciar recursos estatais, não só pela diminuição das receitas de exportação, senão do gasto de todas as divisas acumuladas na Segunda Guerra, a política econômica passou a privilegiar a agricultura em detrimento da indústria. O povo argentino estava consumindo mais, pois alcançara melhor poder aquisitivo, o que levava o governo a pensar no setor alimentício e de indústrias leves. Assim, essa conjuntura propiciou condições materiais para o encaminhamento de tratados comerciais com o Brasil, na medida em que nosso país se dirigia para a construção de um parque industrial em que tinha destaque a produção de bens de capital, aliada à já tradicional exportação de produtos primários de clima tropical. Por seu lado, a Argentina desenvolvia majoritariamente a produção industrial de bens de consumo, mantendo-se como importante exportadora de alimentos de clima temperado.

Logo em março de 1950, foi realizada a 1ª Conferência das Cooperativas Agrárias Buenaienses, a qual significou a afirmação da agricultura como imprescindível para o andamento da economia. Nessa reunião, o ministro da Fazenda, Ramón Cereijo, reconheceu que [...] *la agricultura y la ganadería constituyen la base más sólida de nuestro desarrollo económico integral*, destacando “[...] múltiplas medidas de caráter oficial de proteção às atividades agrícolas”. No ato de encerramento dessa conferência, Perón, além de ressaltar que a criação, sob seu governo, de cooperativas na agricultura argentina era uma forma de derrotar “o capitalismo explorador e suas várias formas de produzir injustiças”, prometeu que “[...] o Estado, apesar de se haver convertido em monopólio, para melhor enfrentar a luta contra as organizações capitalistas, não tem interesse de sê-lo por muito tempo.”⁵

⁵ Ofício nº 166, de 22 de março de 1950.

As tentativas da Argentina peronista de manter um bom diálogo com os norte-americanos esbarravam em questões de cunho nacionalista que eram difíceis de ser contornadas. Durante a IV Conferência de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em Washington, em abril de 1951, os norte-americanos tentaram negociar com os países do sul do continente compromissos militares para a participação deles na Guerra da Coréia. Enquanto a delegação brasileira, sob a chefia de João Neves da Fontoura, acompanhou os Estados Unidos em todas as votações, os argentinos discordaram nos pontos essenciais. Seus diplomatas insistiram na tese de tratar do colonialismo no âmbito da OEA e não só da ONU, de sorte em admitir que existiam colônias “informais” no Continente Americano, interpretação da qual os Estados Unidos discordavam, uma vez que a tese sendo aceita significaria que esse país, maior credor e com grande poder de penetração ideológica na América, responsável por um poderio econômico-militar insuperável, também seria colonialista, a exemplo dos principais países europeus, como França e Inglaterra. Dentro dos aspectos militares discutidos na conferência, a Argentina não assinou o compromisso de alinhamento com a política externa norte-americana, o que resultou no não-recebimento de armamentos até o “final da década de 50”, e a caracterização da Argentina como “Estado rebelde” (HIRST, 1991. p. 5). Enquanto transcorria essa reunião em Washington, em Buenos Aires centenas de manifestantes saíram às ruas, atacando a embaixada dos Estados Unidos e queimando em praça pública a bandeira desse país.

Com efeito, a Argentina poderia dispor, segundo cálculos da embaixada, a partir de janeiro de 1953, de 2 milhões e meio de toneladas de trigo, dos quais um milhão poderia ficar disponível ao Brasil. Comentando a situação por que passava o país, Perón admitiu, em palavras reproduzidas pelo ofício, que “[...] demos um passo maior do que nos permitiam as calças.” João Batista Lusardo, nosso embaixador credenciado em Buenos Aires, sublinhou, no segundo semestre de 1952, o dividendo social que isso estava causando para o governo a desaceleração na industrialização, se comparado ao “qüinqüênio anterior”.⁶

A maioria da imprensa portenha saudou com elogios a Conferência de Ministros da Fazenda e Economia dos países latino-americanos, realizada no Hotel Quitandinha, em Petrópolis (RJ). Os políticos peronistas imaginaram que a principal missão a ser cumprida por esse encontro seria a formulação de propostas para a equalização dos preços dos produ-

⁶ Ofício mês econômico-financeiro nº 4.

tos primários em relação às manufaturas importadas dos países desenvolvidos. Dentro dessa conferência, as teses da CEPAL para o progresso econômico do Continente Sul-Americano foram muito discutidas, o que animou Perón no seu intuito da construção do bloco econômico.

O Banco Central Argentino liberou vários montantes para aumentar a importação de insumos industriais, a maioria deles que o Brasil já exportava para a Argentina na época. Entre essas mercadorias⁷ constavam:

[...] 48 milhões de pesos para materiais de eletricidade, rádio e telefonia, soldaduras, ferro e aço para siderurgia, produtos para curtumes, fertilizantes, produtos químicos, instrumental cirúrgico, vidros planos, etc.; 20.500 de pesos para arames e cabos, abrasivos, ferro e aço para a siderurgia, ligas de ferro para fundição, ferros e aços trabalhados, papéis, papelão, etc.

Tornava-se cada vez mais claro que o regime de Perón só conseguiria manter certa autonomia no cenário internacional, tal como nos primeiros anos pós-Segunda Guerra, com o apoio comercial e político do Brasil. A Argentina não mais detinha forças para desafiar os parâmetros formulados pelos Estados Unidos para a América Latina. A possível união com o Brasil de Vargas atingiu corações e mentes nas hostes das classes dirigentes de nosso maior vizinho. Perón solicitou, segundo o depoimento de Lusardo, ao menos por cinco vezes se encontrar pessoalmente com Vargas. Diante da demora e das reticências do líder brasileiro a tal encontro, Perón, exasperado, teria questionado Lusardo: “[...] por acaso sou algum leproso?” (CARNEIRO, 1978, p. 443). Vargas, porém, lembrava ao presidente argentino, por intermédio de Lusardo, que não poderia recebê-lo em território brasileiro sem ainda possuir uma base sólida de poder, mas que concordava com a necessidade de aprofundar o comércio entre as nações sul-americanas. Para Hirst (1991, p. 29-30),

[...] tanto Vargas quanto Perón pareciam perceber a coincidência de seus mandatos como um movimento privilegiado para tal entendimento. O líder peronista já vinha dando clara evidência de seu interesse em promover uma aproximação entre os países latino-americanos. Esses esforços tomaram novo impulso a partir de seu segundo período presidencial, através de um conjunto de entendimentos bilaterais realizados com o Chile, Equador, Paraguai e Bolívia. O empenho de Perón nesse sentido foi favorecido por uma particular conjuntura política na América Latina, que se tornou, por um curto

⁷ Ofícios nº 525, de 25 de novembro de 1954, ofício mês econômico-financeiro nº 12 e ofício nº 200, de 14 de abril de 1955.

período, um terreno fértil de democracias populistas. Além da presença de Vargas no Brasil, Perón se sentiu acompanhado por outras presenças políticas no continente tais como: Ibañez no Chile, Paz Estensoro na Bolívia e Ibarra no Equador. Deve-se ainda mencionar o crescimento de forças partidárias como, por exemplo: os Autênticos em Cuba, a Ação Democrática na Venezuela, o Apra no Peru e os socialistas na Guatemala [...] Durante todo o seu segundo governo [...] Vargas agiu de forma a evitar que se fechassem definitivamente as portas para um engajamento dessa natureza.

Quanto menos financiamento chegava ao Brasil da parte dos Estados Unidos, mais Vargas tentava “[...] se aproximar da comunidade de novas e velhas nações do mundo subdesenvolvido”. Nesse sentido, “[...] o Brasil perseguia a abertura de novos horizontes econômicos”. (HIRST, 1991, p. 21).

A maioria da mídia portenha elogiou mais uma compra de bananas brasileiras, acima do preço de mercado, intermediadas pelo Deputado Hugo Borghi. Com o ofício encaminhado pela embaixada brasileira ao Rio de Janeiro, enviava-se um exemplar do jornal *La Prensa*, datado de 2 de maio, com a seguinte manchete: *La Adquisición Argentina de Bananas Brasileñas Salva de la Miseria a 40.000 Familias Paulistas*. No corpo da matéria, o jornal esclarecia que Perón encarava como um problema “americanista” a situação dos plantadores brasileiros de bananas.⁸

3 MONTAGEM DO BLOCO

Na prática, nossa diplomacia passava a estudar as condições e possibilidades para um salto qualitativo nas trocas comerciais.

Em maio de 1950, a embaixada brasileira assinou um acordo de intercâmbio de frutas frescas, secas e dessecadas, industrializadas e em conservas com os argentinos, envolvendo a abertura de uma linha de comunicação entre o Banco Central Argentino e o Banco do Brasil, para informes estatísticos dessas transações e formulação de outras propostas para a comercialização de outros produtos. Fora dirigido ao Brasil uma série de jornais argentinos que faziam referência a essa negociação. A respeito do convênio para a compra e venda de frutas, além do convênio do trigo, o jornal *La Prensa*, em editoriais publicados em 22, 24 e 26 de junho respectivamente, comunicava que:

⁷ Ofício nº 265, de 8 de maio de 1950.

Como se tem dito tantas vezes, as economias argentina e brasileira se completam. É de se esperar que estes convênios signifiquem o início de uma política de futuros acordos que pouco a pouco nos permitam criar um vínculo com as demais nações americanas até formar uma vasta unidade econômica, em que as pessoas e os bens possam circular produtivamente, determinando um equilíbrio que satisfaça a necessidade de todos.

No entender da embaixada, não obstante,

[...] mais interessantes são as considerações do jornal *La Época*, de 24 de junho, as quais, pelo caráter governista do jornal, revelam, de certo modo, o sentimento da administração a respeito do assunto.

De acordo com *La Época*,

[...] o propósito visível do novo acordo é, assim, o de aumentar o volume do comércio argentino-brasileiro pela adoção de disposições práticas e simples. Com ele se levantam as comportas de um dique cuja existência ninguém poderia explicar sem sentir certas apreensões.

Em um artigo intitulado “Um Principio de Integração”, o jornal vaticinou, segundo nossa diplomacia, “[...] pelo movimento demasiado avançado de uma futura união aduaneira”. *La Época* finalizava: “[...] quem poderá duvidar que está se abrindo o caminho para a solidariedade que luta para unir historicamente todos os povos da nossa América.”⁹

Nesse contexto, a Câmara de Comércio Argentino-Brasileira prestou uma homenagem ao Embaixador Milton de Freitas Almeida, com um banquete na sede daquela instituição, em 21 de julho de 1950. O motivo eram os tratados comerciais recentemente assinados, de exportação argentina de frutas frescas e de trigo¹⁰. Com efeito, o 7 de Setembro fora comemorado na Argentina com uma surpreendente empolgação, e a Associação Cultural Argentino-Brasileira realizou várias atividades em Buenos Aires, principalmente no Teatro Cervantes. Na sede da Associação, foi inaugurada a Biblioteca Rui Barbosa, seguindo-se discursos de acadêmi-

⁹ Ofício nº 395, de 28 de junho de 1950.

¹⁰ Ofício nº 560, de 4 de agosto de 1950. Milton de Freitas Almeida chefiou nossa embaixada em Buenos Aires de outubro de 1948 até agosto de 1951, sendo substituído pelo amigo pessoal do casal Perón, João Batista Lusardo, que permaneceu até outubro de 1953.

cos argentinos que elogiaram esse político brasileiro e concedendo-se ao Embaixador Almeida o título de patrono do fomento do intercâmbio cultural entre as duas nações. Quando chegou à imprensa argentina a notícia de que Vargas vencera as eleições majoritárias no Brasil, o sentimento de grande parte da opinião pública de Buenos Aires era de que “a vitória do candidato trabalhista brasileiro passou a constituir uma espécie de vitória direta¹¹ do peronismo”. Uma nova lista de licença para importações fora confeccionada pelo Estado argentino. O Brasil era o único país que contava com mercadorias por toda essa extensa lista.

Os argentinos em política externa não se esqueciam de seus vizinhos chilenos. A Missão Diplomática Brasileira informou que Argentina e Chile tinham estabelecido um sistema de câmbio livre para suas transações comerciais, em que importadores e exportadores de ambos os países poderiam negociar abertamente com os bancos, sem a intermediação do governo federal, agilizando e facilitando as trocas¹². Para a assinatura desse tratado, visitou Buenos Aires o então senador e futuro presidente chileno, Carlos Ibañez del Campo. Permanecendo por vários dias na Argentina, dirigiu-se às obras sociais da Fundação Eva Perón e elogiou a administração peronista, “em termos muito entusiastas”.¹³

No início do segundo governo Vargas, a importação brasileira de carne argentina expandiu-se, galvanizando as esperanças do aumento do intercâmbio para outros produtos. Além disso, uma comitiva de “damas brasileiras” visitou as obras sociais de Eva Perón, rendendo grandes manchetes aos jornais *Democracia* e *La Razon*, de 9 e 10 de fevereiro de 1951. Em abril do mesmo ano, a embaixada afirmou que “com grande júbilo” o jornal *Democracia* destacava o fato de Eva Perón ter recebido a visita de *una gran comitiva de obreros, legisladores y turistas brasileños*. Agradecia-se o governo brasileiro pelo envio de uma verba para a Câmara de Comércio Argentino-Brasileira no valor de 70 mil pesos.¹⁴

Pela manchete do jornal *Democracia*, de 22 de fevereiro de 1951, lia-se que estava para ser concretizado um acordo comercial entre Argentina e Brasil para o ano de 1951, envolvendo tarifas especiais para a troca de mercadorias, na expectativa de alcançar a cifra de 275 milhões de cruzeiros.

¹¹ Ofício mês político nº 10.

¹² Ofício nº 734, de 25 de setembro de 1950, e mês econômico-financeiro nº 10.

¹³ Ofício nº 929, de 22 de novembro de 1950.

¹⁴ Ofício nº 303, de 20 de abril de 1951.

O Chile, que mantinha uma dívida de 18 milhões de dólares para com a Argentina, desejava progressivamente saldá-la com facilidades de exportação de seus produtos para essa nação. A promessa dos chilenos era principalmente o fornecimento de aço.

Aumentara em 30% a venda de trigo argentino para o Brasil, em relação aos outros anos. Os importadores brasileiros pediam à embaixada do Brasil em Buenos Aires uma maior mediação, para que esse número crescesse ainda mais, impulsionado por um novo convênio. E o jornal *Democracia*, de 6 de junho de 1951, anunciou que a Prefeitura do Rio de Janeiro negociara uma linha de importação de ovos argentinos.

Na esteira desses acordos comerciais, uma comissão de militares brasileiros visitou Buenos Aires, para conhecer o trabalho dos militares argentinos na ajuda às obras sociais do governo peronista. Em suas declarações públicas, nossos oficiais elogiaram a política social desse governo. Conduzidos pelo adido militar brasileiro na Argentina, o então Coronel Arthur da Costa e Silva (futuro general-presidente), os militares brasileiros visitaram a Casa Rosada, sendo recebidos numa longa audiência pelo presidente Perón¹⁵. O Brasil começou a importar manteiga da Argentina, enquanto o Instituto Argentino para a Promoção do Intercâmbio (IAPI)¹⁶ comprara de nosso país 11.000.000 de cachos de bananas. Além disso, o Banco do Brasil abriu uma agência em Buenos Aires¹⁷.

A embaixada pedia em caráter de urgência o envio de filmes brasileiros que tratassem de “cidades, arte, indústria e agricultura do Brasil”, pois eram cada vez maiores os pedidos desse material pelo Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura, e o acervo da embaixada estava desatualizado. Informou-se que “só nos quatro primeiros meses do ano foram exportadas para o Brasil 53.795 toneladas de frutas”, cerca de 60% de toda a exportação frutífera argentina, demonstrando a importância do mercado brasileiro para esse cultivo e do tratado comercial outrora assinado.

No que tangia ao fluxo de pessoas, era inaugurada a ponte aérea Rio de Janeiro–Buenos Aires, quando no dia 9 de julho aterrissou em Ezeiza uma aeronave brasileira trazendo uma comitiva de políticos, jor-

¹⁵ Ofício nº 337, 369 e 418, de 5 e 16 de maio e 5 de junho de 1951.

¹⁶ O IAPI era um órgão governamental responsável pela circulação de várias mercadorias, tendo como sua incumbência principal comprar a produção agrícola dos plantadores argentinos por um preço menor e vender essa produção por um preço maior ao estrangeiro, fornecendo condições ao Estado para a acumulação de mais recursos.

¹⁷ Ofício nº 504, de 28 de junho de 1951.

nalistas e militares, entre eles o Deputado Luthero Vargas, filho do presidente, e o Coronel Amaury Kruehl. Houve uma ampla cobertura do evento pela imprensa de Buenos Aires. Nas palavras da embaixada:

Constituiu um retumbante acontecimento nas relações brasileiro-argentinas [...] a cerimônia do batismo do avião da Aerovias-Brasil, que tomou o nome de “General San Martín” e teve como madrinha a Senhora Eva Perón. O Presidente Perón compareceu a esse ato de cordialidade, acompanhado por altas autoridades civis e militares.

Confraternizaram-se em banquetes oferecidos na embaixada brasileira e no Hotel Plaza, em Buenos Aires. Os deputados brasileiros, Luthero Vargas e Vasconcellos Costa, e o Brigadeiro Henrique Fontenelle realizaram várias visitas às obras sociais do governo peronista, “ficando muito impressionados” com elas. Luthero Vargas ainda esteve no Parlamento argentino. Em editorial do jornal *La Epoca*, de 31 de julho de 1951, manifestou-se que um acordo comercial entre Brasil e Argentina estava previsto para ser viabilizado em pouco tempo. O Presidente Vargas já teria nomeado uma comissão de banqueiros e investidores para receber a comissão negociadora argentina. Nas palavras do jornal, *el acuerdo comercial con Brasil será muy amplio*. Para Benjamin Cabello, importador brasileiro que estava em Buenos Aires e se avistava com Perón, *las relaciones económicas entre el Brasil y la Argentina alcanzarán una intensidad jamás igualada*. Dois jornais de Buenos Aires reproduziram a mesma matéria de *La Época* um dia depois, *Democracia* e *Noticias Gráficas*. Segundo o jornal *El Líder*, de 16 de agosto de 1951, em São Paulo inaugurou-se um busto em homenagem a San Martín. De passagem por essa cidade, o embaixador argentino garantiu que o Presidente Perón brevemente visitaria o Brasil, para confraternizar com o povo¹⁸. Percebe-se que a imprensa portenha tinha um papel crucial para o fomento ideológico da aproximação da Argentina com o Brasil. Tratava-se de função importante, porque era prática corriqueira de todas as embaixadas naquele período informar seus respectivos países com recortes de jornais que se referiam ao país onde estavam instaladas. Nem sempre com comentários dos embaixadores, a Missão Diplomática Brasileira, na maioria esmagadora de seus ofícios enviados ao Rio de Janeiro de 1950 a 1955, anexou jornais argentinos, o que proporcionou ao Itamaraty não só o

¹⁸ Ofícios nº 510 mês econômico-financeiro nº 6, ofícios nº 567 e 568, de 29 de junho, 18 de julho e 16 de agosto de 1951, respectivamente.

imprensa estava sendo comandada pelos peronistas¹⁹. Com a visita de políticos influentes da administração varguista à Argentina, o clima era de que logo o comércio geraria acordos políticos.

Cada vez com mais frequência eram estudados tratados econômicos entre os dois maiores países da América do Sul. A embaixada brasileira enviou ao Brasil, a pedido do Itamaraty, alguns documentos que, segundo esse ministério, ajudaria na formulação de mais um convênio comercial Brasil-Argentina. Os documentos pedidos eram: Comunicado de Imprensa nº 444, da Subsecretaria de informações, sob o título de *El IAPI ha dado a conocer su memoria anual; Instituto Ganadero Argentino (Ley 13.991); Memória Anual del IAPI (ejercicio 1949 y 1950)*; Mensagem do Presidente Perón ao Congresso (1º de maio de 1951). A Direção-Geral do Instituto Jurídico Argentino [*sic*] também solicitou, por sua vez, o “Código Comercial Brasileiro”. Diante desse ambiente, a embaixada pediu ao Itamaraty várias bandeiras do Brasil e escudos da República, pois “esta Missão²⁰ se acha completamente impossibilitada de atender às constantes solicitações que recebe nesse sentido”. Uma espécie de “brasilianismo” (termo utilizado pela embaixada) assaltava o governo argentino, que por sua vez tentava espraizar esse sentimento pela opinião pública, por meio das instituições governamentais e das escolas e universidades controladas pelo Estado. Tais práticas nos remetem à afirmação de Fernand Braudel: “Pelos mesmos caminhos por onde circulam mercadorias circulam as idéias e os homens.” (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 20).

O Embaixador João Batista Lusardo narrou que fora homenageado pela Bolsa de Comércio de Buenos Aires. Figuras de relevo da produção, indústria e comércio, manifestaram “aplausos e simpatia pela obra de aproximação comercial, cultural e espiritual entre o Brasil e a Argentina”. Essa homenagem, realizada no Restaurante San Martín, no dia 21 de setembro, contara com a presença do presidente da República, do ministro das Relações Exteriores e Culto e de outras pastas, “unindo-se assim às 400 pessoas que ali se reuniram”. Segundo Lusardo²¹,

¹⁹ O processo de monopolização dos jornais e do rádio pelos peronistas começou em 1943, e pode-se dizer que chegou a seu apogeu com a tomada de *La Prensa*, em 1951, último grande veículo de comunicação oposicionista.

²⁰ Ofícios nº 686 e 692, de 15 e 17 de setembro de 1951.

²¹ Ofício nº 721, de 27 de setembro de 1951.

[...] se essa homenagem muito lisonjeia a minha pessoa, nela entrevejo algo de mais profundo e duradouro: o desejo sincero que anima os homens públicos e as classes produtoras argentinas de trabalharem com afinco pela compreensão e maior intercâmbio de toda espécie entre Brasil e Argentina. E, ao compartilhar desse propósito, acrescento: que tal entendimento comece a produzir os seus frutos desde o momento presente, sob a inspiração e direção dos Presidentes Vargas e Perón.

Discursando, Lusardo indicou a urgência de se assinar um amplo tratado comercial entre as duas nações, vencendo as dificuldades que são dispostas por funcionários de “distintas camadas da administração”. Dizia que estava na hora de superar todo tipo de desentendimentos e mal-entendido, que ainda existiam, e que toda a América do Sul seria privilegiada com a efetiva aproximação:

Argentina e Brasil têm de andar juntos. Ou se compreendem e todo o Continente retratará essa compreensão, ou não se entendem, e padecerão todos, no Continente, desse desentendimento.

Animado com essas palavras, Perón improvisou um discurso, dizendo que o “querido amigo Lusardo [...] era quase um argentino” e agradecendo a Getúlio Vargas a nomeação desse embaixador para trabalhar nesse país, [...] *que honra en esta tierra a essa maravillosa tierra del Brasil*. A repercussão na imprensa argentina foi enorme. A embaixada brasileira enviara mais de 40 recortes de diferentes jornais. Chegou-se a ponto de *Democracia* criar uma sessão editorial especial, de periodicidade semanal, com o nome de *Los Enemigos Quieren Dividir a Sudamérica*, somente para refutar todas as opiniões que circulassem na imprensa nacional e internacional que tendessem a prejudicar a aproximação de Brasil e Argentina. Mais um acontecimento inequívoco na tentativa argentina de se afinar com a política externa brasileira.

Em consequência desse ambiente de cordialidade, em dezembro de 1951 a embaixada remeteu ao Brasil um artigo publicado por Perón naquele mês no jornal *Democracia*, anunciando a necessidade de um pacto econômico e político entre Argentina, Brasil e Chile, o Pacto ABC. Pela argumentação longa e densa, percebe-se que o presidente argentino e seus assessores se esforçaram muito na confecção do artigo, o mais importante até então que tratava sobre esse assunto e o mais difundido. No ofício assinado por Lusardo, dirigido em termos diretos ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, constavam as seguintes palavras: “[...] rogo a sua atenção muito especial para este

artigo, que teve a maior repercussão neste país, e que a terá tido, certamente, em mais outros países.” O ofício dizia que se tratava da idéia do estabelecimento desse pacto, há muito tempo comentado por Perón com o próprio embaixador brasileiro. Todavia, naquela oportunidade, o pensamento do presidente argentino foi expresso com mais ousadia. De acordo com fragmentos desse artigo, reproduzidos pelo ofício:

Nem a Argentina, nem o Brasil, nem o Chile, isolados, poderão sonhar com a unidade econômica indispensável para enfrentar um destino de grandeza. Unidos, porém, formam o mais formidável conjunto, a cavaleiro dos dois oceanos da civilização moderna. Dessa forma, poderiam intentar daqui a unidade latino-americana, com uma base de operações polifásica e com um impulso inicial impossível de deter.

Segundo a embaixada, os obstáculos a esse empreendimento – que deveriam ser removidos de modo a precipitar a tarefa de unificação econômica – “eram as ambições políticas e econômicas de outras confederações ou grupos²² que já se formaram ou se formarão sob o signo do dólar ou da foice e do martelo”. Perón jogava sua cartada, visando claramente a uma definição mais explícita da diplomacia brasileira.

Em janeiro de 1952, na ocasião em que Vargas fixara maior taxação às remessas de lucros ao exterior²³, tendo sido muito criticado pela comunidade financeira internacional e oposições internas a seu governo, vários jornais argentinos protestaram contra “a ingerência de Wal Street na economia brasileira”. O jornal *Crítica*, de 18 de janeiro de 1952, estampou em sua manchete que *El Fusil del Capitalismo Aponta Ahora al Brasil*. De acordo com a embaixada, os jornais *El Mundo*, *El Laborista* e *La Democracia*, de 8 de janeiro, transcreveram uma reportagem do jornal carioca *A Voz Trabalhista*, que, por sua vez, denunciava uma campanha que estaria sendo realizada por toda a grande imprensa brasileira não só contra o governo Vargas, mas sobretudo contra o peronismo. Estariam recebendo tais jornais subsídios de Washington para afastar o Brasil da Argentina, por meio da pressão da opinião pública. *El Laborista* publicou um artigo de Perón, que afirmava que o capitalismo de Wal Street estava fazendo de tudo para manter a América do Sul dividida, para ser mais bem explorada. Perón dizia que Vargas estava sofrendo a mesma pressão que

²² Ofício nº 904, de 21 de dezembro de 1951.

²³ Decreto-lei nº 30.363, de 3 de janeiro de 1952.

os Estados Unidos realizaram na Argentina em 1946 e que ele, Perón, estava torcendo para que o presidente do Brasil pudesse superá-la.²⁴

Lusardo tivera uma longa audiência com o líder argentino e com o ministro das Relações Exteriores e Culto, Jeronimo Remorino, depois viajando ao Brasil e conferenciando com João Neves da Fontoura e o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet. Visando atrair a simpatia brasileira, o governo argentino fomentava como podia a visita de cidadãos do país vizinho. A embaixada constatou que um número recorde de turistas brasileiros afluía à Argentina, impressionados com os preços baixos das mercadorias e “o desenvolvimento das obras de assistência social do peronismo”. Nos termos da embaixada tratava-se de uma “invasão cordial”, que transformava Buenos Aires “numa artéria do Rio de Janeiro”.²⁵

No mês de março de 1952, viajaram para a Argentina o representante do Ministério da Fazenda e então chefe do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, João Alberto, com João Goulart, homem de confiança de Vargas, para renovarem o acordo de importação do trigo argentino pelo Brasil, estabelecido em 1948 e expandido em 1950. Todavia, mantendo audiência com Perón, comunicaram as diretrizes brasileiras para estender esse acordo até o intercâmbio de outras mercadorias. Lusardo, que acompanhava as negociações, propunha que o Brasil aumentasse a cota de trigo e incluísse “produtos não-essenciais” nas transações e o “entendimento para a defesa de produtos comuns aos dois países, que interessem ao mercado internacional, sobre a base de preços idênticos e colocação regulada por acordo triangular”, devendo tudo isso ser debatido numa comissão mista²⁶ entre as duas nações. Dois meses depois, estava na Argentina o chefe do Estado-Maior-Geral das Forças Armadas do Brasil, General Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Segundo a embaixada²⁷, esse militar brasileiro

[...] durante sua estada em território argentino, foi alvo das maiores demonstrações de apreço e das maiores honrarias por parte não só do Governo como de todas as demais altas autoridades da administração civil e militar do país [...] a simples enunciação dos atos, cerimônias, entrevistas, discursos e outras manifestações públicas em que tomou parte (tornou) essa visita como um dos acontecimentos mais importantes dos últimos tempos no campo das relações brasileiro-argentinas.

²⁴ Ofícios nº 48 e 51, de 22 e 23 de janeiro de 1952.

²⁵ Ofício mês – cultural nº 1.

²⁶ Ofício nº 157, de 26 de março de 1952.

²⁷ Ofício nº 216, de 12 de maio de 1952.

Aparentemente, Góes Monteiro foi a Buenos Aires a mando de Vargas, com a missão de tranquilizar os argentinos de que o pacto militar Brasil-Estados Unidos não se estabeleceria em detrimento da Argentina, que continuava gozando de prerrogativas importantes com o alto escalão das Forças Armadas brasileiras. Nessa oportunidade, Góes se inteirou de um plano militar conjunto a ser assinado por Vargas e Perón, após a ascensão do primeiro à Presidência do Brasil. Esse plano foi elaborado, meses antes da eleição de Vargas, por militares argentinos, mas endossado por militares brasileiros que, de alguma forma, mantiveram contato com os colegas de armas do país vizinho. Seria o pacto militar Brasil-Argentina, talvez uma antítese do pacto Brasil-Estados Unidos. A visita de Góes Monteiro despertou rumores, continente afora, de que, na esfera de defesa continental, “um acordo paralelo entre Brasil e Argentina” estava sendo processado (SANTOS, 1991, p. 92-93).

Finalmente, uma comitiva de técnicos em comércio exterior do Brasil chegou à Argentina para aprofundar as negociações das trocas comerciais. A embaixada, “a pedido do chefe da missão econômica brasileira, Conselheiro Comercial Leopoldo de Diniz Martins Junior”, expediu ao Rio de Janeiro a lista dos produtos a serem “intercambiados”, com a primeira versão do acordo com validade até novembro de 1955. O *memorandum* argentino em anexo assim dizia: *La delegación Argentina del punto de vista brasileño apunta para la conveniencia de estructurar y desarrollar el intercambio entre ambos países al más alto nivel possible.* Seria aberta uma conta, em que o país credor se comprometia a saldar seus créditos somente comprando mercadorias do país devedor. A Argentina se comprometia, assim que a situação agrícola melhorasse, a tornar disponível cada vez mais trigo para o Brasil, ano após ano. Os produtos que a Argentina demandava importar do Brasil eram: 1) 6.000 toneladas de grãos de cacau; 2) 20.000 toneladas de café; 3) 20.000 toneladas de erva-mate; 4) 25.000 toneladas de lingotes de ferro para fundição; 5) 1.000 toneladas de ligas para fundição; 6) madeiras, carvalho e vigas para a fabricação de chapas; 7) madeira de cedro; 8) cascos e tonéis de madeira; 9) rótulos para vasilhames; 10) cabos para escovas; 11) pita em rama; 12) piaçaba; 13) cera vegetal de carnaúba; 14) cafeína e seus compostos. 15) 200 toneladas de tapioca; 16) 500 toneladas de terras e cimentos; 17) 1.000 toneladas de blocos de concreto; 18) 1.000 toneladas de grafite; 19) 150 toneladas de aço em barras e carbono; 20) 1.000 toneladas de fardos de algodão para fabricar cintas para máquina de escrever; 21) guarnições para cardas; 22) couros; 23) azeites; 24) resinas; 25) fulminantes, cânfora, benzina, bauxita, soros e vacinas, resina de guaraná e outros materiais.

Produtos que a Argentina exportaria ao Brasil: 5.000 toneladas de aveia, 15.000 toneladas de cevada; 4.000 toneladas de forragens em geral; 1.000 toneladas de alpiste, 2.500 toneladas de alho; 500 toneladas de vime; 2.500 toneladas de palha de guina; 1.000 toneladas de subprodutos do trigo; 200 toneladas de ervilha, 500 toneladas de lentilhas, 4.000 toneladas de derivados do milho, 950 toneladas de sementes para a agricultura, mais bovinos, eqüinos, ovinos, aves, etc., pescados, couros curtidos, lãs, queijos, manteiga, estopa, ácido tartárico, medicamentos, seringas, bebidas, livros, revistas e música impressa, sal, outros produtos manufaturados, azeitonas (tonelagens respectivas: 1.000, 800, 2.500, 500, 6, 20.000, 300, 250.000, 13.000, 6.000, 100, 13.000, 25.000, 3.000, 2.000); doces, biscoitos, chapéus, sabão, confecções, anil, pinturas, tintas, venenos, instrumentos cirúrgicos, cordas para instrumentos musicais, aparelhos de raios-x, termômetros, artefatos de vidro, flores, móveis, perfumes e mais alguns outros produtos.²⁸

Quanto ao Chile, a Argentina aguardou com muita expectativa a vitória de Ibañez Del Campo nas eleições presidenciais daquele país. A embaixada brasileira afirmou que o governo chileno acusou a participação de “organismos e funcionários argentinos” a favor do candidato Del Campo. O governo peronista dizia que estava investigando tal participação²⁹. Finalizado o pleito e as apurações no Chile, o periódico argentino *Democracia*, de 11 de setembro de 1952, ao comentar a vitória do presidente chileno, destacou que os Estados Unidos é que sofriam “uma espetacular derrota política”. A rota para o latino-americanismo nas relações internacionais do continente estava aberta.

Confirmado então um político de plataforma nacional-populista na presidência do Chile, as relações desse país com a Argentina estreitaram-se acentuadamente. O exército argentino realizou “uma grande homenagem” nas comemorações que envolviam a data de independência política chilena. Em fevereiro de 1953, depois de confirmada a visita de Perón ao Chile, reportou a embaixada³⁰ que

[...] toda a imprensa de Buenos Aires, mesma a que é tida como não afeta ao peronismo, louva diariamente e sem restrições o significado tanto econômico quanto político dessa viagem.

²⁸ Ofício nº 407, de 28 de agosto de 1952.

²⁹ Ofício nº 418, de 3 de setembro de 1952.

³⁰ Ofício nº 59, de 13 de fevereiro de 1953.

Após essa importante visita, em que foram assinados vários acordos comerciais e políticos, o Ministério da Educação da Argentina instituiu uma prática para “todos os estabelecimentos de ensino do país”, qual seja, em todas as segundas-feiras do mês de abril de 1953 seja lido³¹ aos alunos “o decálogo da união argentino-chilena”. Para também conquistar a simpatia brasileira, o governo argentino, nesse mesmo momento, reforçou pela imprensa que era importante estudar em suas escolas as figuras³² de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, entre outros brasileiros, pois se tratavam de

[...] verdadeiros patrícios da América, que não podem ser esquecidos nas aulas argentinas porque sua ação, seu pensamento, ou seus livros construtores refletem povos, épocas ou ideais determinados e, ao mesmo tempo, a originalidade e solidariedade continentais.

4 O INCIPIENTE PASSOU A SER TERMINAL

Quando Perón esteve no Chile e declarou que Getúlio Vargas lhe havia comunicado que o Pacto ABC se concretizaria em breve, a oposição brasileira e os setores do Itamaraty comprometidos com a aliança com os Estados Unidos desencadearam uma forte pressão sobre Vargas³³. Acuado, sofrendo várias acusações, o líder brasileiro viu acentuar sua perda de sustentação no poder. João Neves da Fontoura, então ministro das Relações Exteriores, criticou incisivamente o presidente argentino, dizendo que jamais o Brasil assinaria acordos sem a participação ou ao menos a anuência dos Estados Unidos. Indo mais longe, Fontoura declarou que Perón não tinha a menor autoridade para falar em nome de uma nação soberana como o Brasil. Vargas, por intermédio de Lusardo, ainda enviou uma carta a Perón se desculpendo pelas palavras de seu ministro e dizendo que não podia fazer nada a respeito, pois, momentaneamente, estava com “dificuldades internas” (SANTOS, 1991, p. 97). Também o jornalista Geraldo Rocha, a mando do presidente brasileiro, levou explicações a Perón sobre o ocorrido, nos seguintes termos, segundo Reckziegel (1996, p. 116):

³¹ Ofício nº 101, de 12 de março de 1953.

³² Ofício nº 113, de 19 de março de 1953.

³³ Antes de viajar para o Chile, dissertando acerca do Pacto ABC em uma entrevista concedida ao jornal *La Nación*, de Santiago, Perón incitou que se necessitava de “uma unidade total e não pela metade”, unidade “completa e imediata”, e “uma simples integração econômica” não bastaria para ser “suficientemente forte” (BANDEIRA, 2003, p. 256).

Mandou-me o Presidente Vargas que lhe explicasse o que se passou no Brasil. Diz que a situação dele é muito difícil e politicamente não pode dominar; ora são as secas do norte, ou as geadas do sul; e os políticos estão contra ele; e o comunismo é uma ameaça perigosa; que não pode fazer nada; enfim que o desculpe porque ele não pensa assim e se o ministro assim procedeu tampouco não pode mandar no ministro.

A imprensa brasileira de oposição, sobretudo por editoriais e artigos de Carlos Lacerda, invectivou Getúlio como traidor da nação, declarando por várias ocasiões que com a aliança com o peronismo, “na calada da noite”, Vargas estava se preparando para instalar uma república comunista e sindicalista no Brasil. Como o pronunciamento de Perón anunciava não só uma união comercial, mas também política e militar, e Lusardo era o principal contato entre Brasil e Argentina, Lacerda fustigou-o sem piedade. Pela magnitude da repercussão desse episódio, tornou-se insustentável a posição tanto de João Neves da Fontoura quanto de João Batista Lusardo. Com a tática política de Vargas de guardar silêncio, não apoiando nem a facção de Fontoura e tampouco pouco a de Lusardo, ambos foram retirados de seus cargos. Neves caiu em julho de 1953, profundamente magoado com Vargas, e Lusardo três meses depois, em outubro. Pode-se interpretar que houvera precipitação por parte do líder argentino em dar publicidade em demasia, num momento delicado politicamente para Getúlio, para uma união que estava encaminhando discretamente, por meio dos órgãos de embaixada e de comércio bilateral.

Perón talvez já percebesse como tinham força os interesses de determinadas elites políticas contra um bloco econômico. Não obstante, visitando a Argentina estava o vice-presidente da Bolívia, Hernan Siles Zuazo. Discursando no Senado, teria dedicado “expressões entusiastas ao Presidente Perón”. Estava em Buenos Aires com uma comitiva de empresários e políticos bolivianos, afirmando ser sua meta estabelecer acordos comerciais “profundos” com a Argentina. Na imprensa portenha, Lusardo ainda declarou que em breve Vargas visitaria a Argentina. Confirmou a embaixada que vários jornais noticiaram que o presidente do Brasil estava prestes a romper o acordo militar com os Estados Unidos e que estes não ajudavam em nada nossa economia. O jornal *Democracia*, na edição de 5 de junho, dizia que os norte-americanos prejudicavam a economia brasileira com seu “imperialismo”, mostrando inclusive alguns gráficos que computavam o tanto de lucro que o capital financeiro norte-americano auferia no Brasil. Por esses meses foram vários os ofícios que mostravam diferentes jornais argentinos abordando esse tema por seme-

lhante ótica³⁴. A imprensa argentina se importava com a situação política brasileira como poucas vezes se viu na história. Com a exoneração então de Neves da Fontoura, o noticiário sobre nosso país ganhou o *status* de problema número um da Argentina. O jornal *Democracia*, de 15 de junho de 1953, publicou um editorial com o título: *Se Va Neves da Fontoura, Servidor del Imperialismo*. *La Época*, por sua vez, na edição de 13 de julho, estampou em sua manchete de capa uma reportagem com o seguinte título: *Las andanzas de Neves da Fontoura, el Contrabandista y Traficante*. Esse mesmo periódico, em 21 de julho de 1953, publicou uma ampla reportagem sobre as declarações de Perón de que o Pacto ABC seria de imprescindível importância para a América do Sul. Com o “inimigo declarado do peronismo” e “representante da *Standart Oil*” no Itamaraty fora da cena política, o acercamento do Brasil com a Argentina parecia mais perto de sua efetivação. Note-se que as reportagens sobre o Brasil quase sempre eram manchetes de capa desses jornais.³⁵

Nesse ínterim, o Ministério das Relações Exteriores e Culto publicou vários panfletos com as mensagens de Perón e Del Campo aos “povos americanos”. Tratava-se de popularizar o acordo argentino-chileno de união econômica³⁶. Esses panfletos foram encaminhados a todas as missões diplomáticas em solo argentino.

Segundo a embaixada, a “Escola Superior Peronista” pediu que lhe fosse providenciada “a remessa regular da versão oficial dos discursos, mensagens e declarações do Presidente Getúlio Vargas”. Ainda no mês de agosto de 1953, quando o presidente do Peru, Manuel Odria, visitou o Brasil, a imprensa argentina entendeu que se tratava de mais um passo para a união³⁷ latino-americana. De fato, nesse contexto, a diplomacia brasileira se envolvia com os países sul-americanos, expandindo estradas de ferro na região fronteira com o Paraguai e a Bolívia e galvanizando contatos comerciais com Venezuela, Colômbia e Chile. De acordo com Santos (1991, p. 29):

Um dos resultados do declínio do relacionamento especial com os Estados Unidos foi uma reavaliação da política brasileira para os demais países da América Latina. Ao perceber que o esforço em

³⁵ João Neves da Fontoura, antes de assumir a pasta de política externa, era presidente da Ultragás, representante da poderosa multinacional norte-americana Standart Oil no Brasil.

³⁶ Ofício nº 367, de 28 de julho de 1953.

³⁷ Ofícios nº 409 e 420, de 21 e 28 de agosto de 1953.

colaborar com aquele país não trazia melhores compensações ou, ao contrário, conduzia cada vez mais a decepções, o Brasil procurou diversificar as suas relações. Ao voltar-se para a América Latina, encontrou em toda a parte o mesmo tipo de ressentimento, o que o aproximou de seus vizinhos. Essas iniciativas trouxeram bons resultados. O comércio com a América Latina cresceu em torno de 400% nos dois últimos anos do Governo Vargas, como resultado de acordos com o Peru, a Bolívia e a Argentina.

Enquanto na Argentina a situação do governo Vargas era de prestígio, no Brasil esse governo adentrava numa séria crise. A respeito da aliança com Perón, um fato novo aparecia no cenário. O discurso dele em dezembro de 1953, na Escola Superior de Guerra da Argentina, afirmando que o Pacto ABC estava sendo secretamente combinado com Vargas, sem o conhecimento do Itamaraty, pois este estaria ainda sob a hegemonia de antiperonistas, mesmo com a exoneração de Neves da Fontoura. O presidente argentino expunha idéias parecidas com aquelas pronunciadas em território chileno, meses antes. Nessa nova ocasião, Perón afirmou que a união entre os países da América do Sul que seguiriam a aliança entre Argentina, Brasil e Chile mudaria completamente a geopolítica regional, permitindo ao subcontinente conseguir um imenso poder de barganha em relação à América do Norte e à Europa. Esse discurso chegou à imprensa brasileira em janeiro de 1954, momento em que teve pouca repercussão. Entretanto, quando os grupos políticos que faziam oposição a Vargas, principalmente após a aparição na mídia do “Memorial dos Coronéis” (fevereiro de 1954) e da publicação do decreto de reajuste de 100% do salário mínimo (maio de 1954), a fala de Perón virou um dos principais argumentos em favor da derrubada de Vargas, sob o mote de traição internacional, da formação em surdina da república sindicalista, etc. Em março de 1954, João Neves da Fontoura, ex-ministro, formulou no *Correio do Povo*, jornal de Porto Alegre, denúncias contra o governo brasileiro, acusando-o de subordinar o Brasil à Argentina sem o conhecimento da opinião pública, do Itamaraty e do Congresso Nacional. A repercussão foi enorme, pois as forças antigetulistas do Distrito Federal com frequência utilizaram esse discurso de Neves para pedir o afastamento de Vargas. Carlos Lacerda chamava a atenção que urgentemente os militares e o povo brasileiro deveriam evitar a “peronização” do Brasil. Mesmo com o desmentido oficial da embaixada argentina no Brasil, afirmando que esse discurso de Perón era apócrifo, e do chefe da Casa Civil, Lourival Fontes, explicando pela imprensa que Vargas jamais tomaria decisões em política externa sem consultar as autoridades competentes, a situação política do presidente se agravou com o passar dos meses.

Um pedido de *impeachment* foi encaminhado ao Congresso pela maioria dos deputados da UDN, em maio de 1954. Neves da Fontoura, chamado a depor e apresentar provas da “traição nacional” de Vargas, não apareceu e se calou. A moção de impedimento foi derrotada por ampla margem de voto, sinal de que Vargas possuía ainda uma base aliada considerável no Parlamento. Mesmo ficando claro o grau com que as forças liberais receavam a aproximação com a Argentina, não havia ainda no Congresso “uma atitude visando obstruir sistematicamente as iniciativas governamentais, inclusive por parte da UDN” como um todo (D’ARAÚJO, 1992, p. 144).

Em 25 de junho de 1954, as comissões de Brasil e Argentina assinavam um novo acordo comercial. Substituíam-se os convênios de 22 de outubro de 1948 e de 23 de março de 1953. Ao Brasil cabia importar da Argentina 750 mil toneladas de trigo e 25 mil toneladas de farinha de trigo, mais certas quantidades de carnes a serem estipuladas. A Argentina compraria do Brasil 30 mil toneladas de café, 8 mil toneladas de cacau, 12 mil toneladas de erva-mate e 250 milhões de metros quadrados de madeira, segundo as informações do jornal *Clarín*, de 26 de junho de 1954. O convênio tinha validade até 31 de dezembro de 1956. *Pari passu* a turbulência interna no Brasil, os acertos com a Argentina versavam sobre importantes trocas comerciais, todavia sem a politização e a magnitude que pudessem gerar em curto prazo a confecção de um bloco econômico.

Nesse sentido, com o desaparecimento da cena política de Getúlio Vargas, as forças antiargentinas dentro do Brasil obtiveram maior espaço, acabando por determinar o afastamento de nosso país do bloco e inviabilizando qualquer tentativa nesse sentido. Uma nova aproximação dar-se-ia anos depois, na conjuntura nacional-desenvolvimentista, muito cara aos presidentes Arturo Frondizi e Juscelino Kubitschek. A Argentina, por todo o ano de 1955, assinou ainda mais tratados com países sul-americanos, denunciados em sua maioria após o golpe militar que derrubou Perón, em outubro desse mesmo ano.

5 CONCLUSÃO

Vários autores apontam diferentes fatores de fundo para o fracasso dessa união econômica e política: a pressão norte-americana, as oposições internas aos governos nacionalistas e a competição secular entre Argentina e Brasil pela hegemonia no Continente Sul-Americano e pelo

status de parceiro privilegiado dos Estados Unidos. Mônica Hirst destaca que amiúde a diplomacia norte-americana boicotou como pôde a aliança das elites políticas da América do Sul, na primeira metade dos anos 50, ora não fornecendo ajuda material e militar para países que se insinuassem com a formação de blocos comerciais autônomos, desaconselhando suas instituições financeiras a liberarem empréstimos, ora ameaçando com a força armada pura e simples. Para Reckziegel, a grande imprensa brasileira de oposição a Vargas, aliada aos políticos mais combativos da UDN, não permitiu que o Brasil se acercasse da Argentina, dado que essas forças eram todas liberais, nutrindo um profundo ressentimento contra Perón e contra Vargas, que se identificavam como líderes de mesma ideologia. Naquele momento da guerra fria, pleitear acordos políticos e maiores estreitamentos comerciais à revelia dos Estados Unidos caracterizava-se como uma atitude a favor do comunismo, antipan-americanista, na interpretação da política externa norte-americana. Ocorreu que, “[...] a identificação do nacionalismo com o comunismo tornara-se a melhor forma de desarticular qualquer forma de mobilização regional” (HIRST, 1991, p. 3). Nesse caso, para realizar uma política externa que estivesse de acordo com sua ideologia e da vontade do grupo político a seu redor, Vargas teria que articular um bloco interno de apoio, o que não conseguiu lograr diante da turbulência social e política de seu governo. Reckziegel (1996, p. 169) considera que

[...] o Estado pode dirigir uma série de instrumentos políticos como resposta às demandas externas. Entretanto, tal esquema exige que se consiga estruturar um adequado sistema de conexões entre grupos internos. Em relação ao Pacto ABC, esse mecanismo falhou e, em vista disso, deu lugar à articulação oposicionista; em outras palavras, a conexão interno-externa não obteve êxito.

Para Moniz Bandeira, a “radicalidade” do regime peronista, em seu apego a valores latino-americanos e pró-trabalho, assustou as elites brasileiras, que reforçaram o estereótipo de competição entre os dois países, numa conjuntura em que o Brasil se industrializava mais rapidamente que a Argentina. Por conta disso, o argumento de que o Brasil deveria comandar e não se alinhar a países do sul do continente conseguiu respaldo nos setores sociais formadores de opinião (BANDEIRA, 2004, p. 250-262).

Segundo Hirst (1991, p. 24), “[...] o desprezo da classe política brasileira por seus vizinhos evidenciava um quadro de isolamento, e mesmo inconsciência, quanto à identidade latino-americana das elites do país.”

Por tudo isso, enfim, não foram constituídas instituições políticas em comum que coordenassem e fossem além dos tratados comerciais, o que mudaria a correlação de forças dos países latino-americanos, periféricos, em relação ao Primeiro Mundo.

Obviamente, na vida social e nos eventos históricos, são vários os fatores e influências que configuram a realidade. Em nosso juízo, sem desprezar qualquer argumento dos autores arrolados, entendemos que o Pacto ABC se encaminhava tacitamente nas relações bilaterais entre Brasil e Argentina, e o principal motivo de sua não concretização foi a forma extremada com que foi exposto a público pelo Presidente Perón, numa conjuntura de crise da política brasileira, em que Vargas não possuía estabilidade suficiente para estabelecer uma diretriz sul-americanista contínua em nossa política externa. O direcionamento da inserção internacional brasileira com Dutra, com o não-acolhimento das propostas peronistas para projetos em comum, resultou em uma herança da qual o pragmatismo de Vargas não soube se desfazer, principalmente após o desencantamento deste com a ajuda norte-americana.

A América do Sul foi um continente “subvalorizado” que poderia desenvolver sua força potencial se suas elites políticas enfrentassem a pressão das finanças internacionais, então com muito menos poder do que hoje, e o alinhamento desenhado pela política externa norte-americana. Perdeu-se, com a não-concretização do ABC, uma oportunidade histórica de construção de maior poder econômico e político dos sul-americanos. Se a classe dirigente brasileira, argentina e chilena, naquele momento, auferiam ganhos em não desafiar o *establishment* mundial, seguindo os padrões da economia política internacional, esses ganhos foram poucos e nocivos, na medida em que os principais políticos que poderiam direcionar seus respectivos países a participar de forma alternativa no mercado mundial foram derrubados de seus governos.

Não estamos certos de que as burguesias nacionais também tiveram mais a ganhar com a não-formação da “sul-americanidade”, já que nos anos posteriores a 1950 a concorrência internacional se tornou cada vez mais acirrada. Não obstante, as trocas comerciais e as boas relações entre os países do Cone Sul se mantiveram mesmo após a queda de Vargas e Perón, sem as vantagens que um mercado comum proporcionaria a esses países.

DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. Missões diplomáticas no estrangeiro (Buenos Aires). Pasta de ofícios recebidos, 1930-1959.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: da trílice aliança ao Mercosul (1870-2003). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **História da organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo governo Vargas (1951-1954)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DÍAZ ALEJANDRO, C. F. **Ensayos sobre la historia económica argentina**. Buenos Aires: Amorrortu, 1975.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada. São Paulo: Ed. 34, 2004.

HIRST, Mônica. **O pragmatismo impossível**: a política externa do segundo governo Vargas. Rio de Janeiro: CPDOC, 1991.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. O difícil caminho do meio: estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

PARADISO, José. **Debates y trayectoria de la política exterior argentina**. Buenos Aires: Grupo Latino-Americano, 1993.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. **O pacto ABC**: as relações Brasil-Argentina na DÉCADA de 50. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

SANTOS, Daniella Xavier. **Vargas e Perón**: a política externa do Brasil para a Argentina na primeira metade da década de 50. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 1991.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, Sérgio Besserman. **A política econômica no segundo governo Vargas**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.